

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. CAPITÃO ALDEN)

Requer a convocação do Ministro da Casa Civil, Sr. Rui Costa, para prestar esclarecimentos sobre as suspeitas de interferência nas investigações conduzidas pela Polícia Civil da Bahia, relacionadas às fraudes na compra de respiradores durante sua gestão como Governador do Estado da Bahia.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, com fulcro no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e nos termos dos arts. 117, I I, e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro da Casa Civil Sr. Rui Costa, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as suspeitas de interferência nas investigações conduzidas pela Polícia Civil da Bahia, relacionadas às fraudes na compra de respiradores durante sua gestão como Governador do Estado da Bahia.

## JUSTIFICAÇÃO

É de conhecimento público destacados nos principais sites de notícias as sérias denúncias e indícios de irregularidades envolvendo a aquisição dos respiradores, os quais nunca chegaram a ser entregues ao Estado da Bahia, quando, pasmem, o Ministro Rui Costa, em sua gestão como Governador do Estado. Em 2022, como Deputado Estadual fui o primeiro na Assembleia Legislativa da Bahia a denunciar tais irregularidades. Além disso, participei ativamente dos trabalhos da CPI que investigou a compra dos Respiradores pelo Consórcio Nordeste, na Assembleia Legislativa do Rio



Grande do Norte, onde foram constatados a materialidade de indícios de malversação do dinheiro público nas compras mal-sucedidas do Consórcio Nordeste, sob a presidência do Governador à época, Rui Costa.

É crucial que o Ministro Rui Costa explique para a população e para os membros desta Comissão de Segurança Pública, de forma clara e transparente, as acusações de sua suposta interferência na condução das investigações. Tais alegações levantam preocupações sérias sobre a independência e a imparcialidade das autoridades encarregadas da aplicação da lei.

A descrença na punição para figuras públicas que cometem atos ilícitos é um sintoma preocupante que mina a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Mesmo com todos os indícios apontados pela CPI da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, o Ministério Público Federal decidiu, por unanimidade, pelo arquivamento do inquérito civil em 19 de fevereiro deste ano.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação deste relevante Requerimento, a fim de que o Ministro preste os devidos esclarecimentos.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputado CAPITÃO ALDEN

